

## Incentivos fiscais em Pernambuco

### Sumário

Programas de incentivos que consideraremos no MVP:

- 1) Proind – [PROIND](#)
- 2) Prodeauto –
- 3) Peap;
- 4) Prodepe;
- 5) Proinfra.

Como obrigações presentes em partes desses programas, veremos, ainda:

- 1) FEEF (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal) - [FEEF - Fundo de Equilíbrio Fiscal](#)
- 2) Inovar

### Proind

**Objetivo:** fomentar o desenvolvimento da atividade industrial

**A quem se destina:** atividade industrial de estabelecimento industrial

**Instrumento:** crédito presumido sobre o saldo devedor

75% (setenta e cinco por cento), no caso de estabelecimento localizado na Mesorregião Metropolitana do Recife;

85% (oitenta e cinco por cento), no caso de estabelecimento localizado na Mesorregião da Mata Pernambucana;

90% (noventa por cento), no caso de estabelecimento localizado na Mesorregião do Agreste Pernambucano; e

95% (noventa e cinco por cento), no caso de estabelecimento:

a) localizado nas Mesorregiões do Sertão Pernambucano ou do São Francisco Pernambucano;

b) cuja atividade econômica principal seja integrante dos seguintes agrupamentos industriais, independentemente de sua localização geográfica:

1. siderúrgico;
2. produtor de laminados de alumínio a quente; ou
3. fabricante de vidros planos, temperados ou não; ou

c) de empresa farmacoquímica, desde que localizada no Polo Farmacoquímico e de Química Fina da Zona da Mata Norte do Estado.

**Inaplicabilidade:** à parcela do saldo devedor decorrente:

I - da saída das seguintes mercadorias:

- a) combustível;

- b) energia elétrica;
- c) açúcar;
- d) álcool;
- e) cerâmica vermelha;
- f) água mineral natural ou água adicionada de sais; e
- g) brita;

II - da saída de mercadoria distinta daquelas relacionadas no item I, quando:

a) adquirida ou recebida de terceiro; ou

b) cujo processo de industrialização, ainda que parcial, tenha sido realizado em estabelecimento localizado em outra UF (terceirização), a menos que:

- o processo de industrialização realizado no outro estabelecimento seja de beneficiamento, acondicionamento, reacondicionamento ou renovação; e
- os processos mencionados no item I forem desenvolvidos como atividades complementares de um processo de transformação ou montagem, realizados no estabelecimento beneficiário do Proind encomendante da industrialização.

e

III - da prestação de serviço de transporte interestadual ou intermunicipal ou de comunicação.

O crédito presumido do Proind não pode ser utilizado cumulativamente por contribuinte que esteja usufruindo outro crédito presumido, não se aplicando esta restrição ao crédito presumido previsto no Proinfra. (não pode acumular com o Prodepe, por exemplo)

### **Concessão:**

Pedido à ADEPE → parecer interno → Sefaz → parecer interno → Governadoria → decreto concessivo

Requisitos:

I - ser inscrito no Cacepe sob o regime normal de apuração do imposto, com atividade econômica principal de indústria;

II - não ter sócio que:

a) participe de empresa que se encontre em situação irregular perante a Sefaz; ou

b) tenha participado de empresa que, à época do respectivo desligamento, encontrava-se em situação irregular perante a Sefaz, permanecendo como tal até a data da verificação do atendimento dos requisitos;

III - estar regular perante a Sefaz, relativamente às obrigações tributárias, principal e acessórias, exigindo-se o cumprimento desta condição em relação ao conjunto de estabelecimentos do contribuinte neste Estado; e

IV - possuir capital social de, no mínimo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

O estabelecimento interessado deve indicar no pedido os seguintes dados:

I - se estiver em fase de implantação, a previsão:

a) da geração de empregos para a unidade industrial, ao final do segundo ano de operação, incluídos os postos ocupados por terceirizados; e

b) dos investimentos totais na unidade para os 5 (cinco) anos subsequentes ao do início da fruição do benefício; e

II - se estiver em funcionamento:

a) o número total de empregos existentes na unidade industrial, incluídos os postos ocupados por terceirizados; e

b) os investimentos totais realizados na unidade nos últimos 5 (cinco) anos.

O crédito presumido do Proind somente pode ser utilizado a partir dos fatos geradores ocorridos no período fiscal subsequente àquele da publicação do respectivo decreto autorizativo.

É facultado ao contribuinte solicitar ao órgão da Sefaz responsável pelo controle e acompanhamento de benefícios fiscais o cancelamento do benefício. Esse cancelamento é efetuado por meio de Portaria da Sefaz.

Há, ainda, no Proind, a possibilidade de pedir a migração do Prodepe.

**Cálculo:** para cálculo do valor a ser utilizado, os percentuais devem ser aplicados sobre o saldo devedor do imposto, na proporção das saídas das mercadorias objeto do benefício em relação ao total das saídas realizadas no período fiscal.

Ex: a indústria comercializou no mês R\$ 1 milhão de produtos de fabricação própria passíveis de incentivo pelo Proind (75%) e R\$ 500.000,00 de produtos que adquiriu de terceiros.

Considerando que vendeu tudo a uma alíquota interna de 20,5%, o débito foi de  $20,5\% * (\text{R\$ } 1 \text{ milhão} + \text{R\$ } 500.000,00) = \text{R\$ } 307.500,00$ . Suponhamos que houve créditos de R\$ 100.000,00 no mesmo período. O saldo devedor foi, portanto, de  $\text{R\$ } 307.500,00 - \text{R\$ } 100.000,00 = \text{R\$ } 207.500,00$

Como parte das saídas (dos produtos que comercializou) não era incentivada, a base para cálculo do incentivo (não confundir com o conceito de base de cálculo do ICMS) é encontrada como  $(\text{R\$ } 1 \text{ milhão} / \text{R\$ } 1,5 \text{ milhão}) * \text{R\$ } 207.500,00 = \text{R\$ } 138.333,33$ . É sobre esse valor que se deve aplicar os 75%, chegando a um incentivo de R\$ 103.750,00. O imposto a pagar será  $\text{R\$ } 207.500,00 - \text{R\$ } 103.750,00 = \text{R\$ } 103.750,00$  (50% do saldo devedor total – captado?)

O contribuinte deve elaborar planilha demonstrativa do cálculo do valor do crédito presumido utilizado e mantê-la para apresentação ao Fisco pelo prazo prescricional.

**Lançamento na escrita:** campo de “dedução para investimento” no registro de ajustes de apuração da EFD – ICMS/IPI, no código PE040012 (PE = UF (Pernambuco), 0 – apuração; 4 – dedução; 00 – sub-apuração (Proind não tem sub-apuração); 12 – Proind (classificação dada por PE))

#### **Vedação de uso:**

A utilização do crédito presumido, em cada período fiscal de apuração, fica vedada quando se verificar que:

I - no dia do vencimento do ICMS normal, o contribuinte não esteja regular quanto ao cumprimento das obrigações tributárias, principal (o pago do imposto) ou acessórias (todas as demais obrigações de produção e entrega de documentos exigidos pelas normas), fazendo

prova em seu favor a apresentação de certidão de regularidade fiscal emitida na referida data;  
ou

II - tenha havido infração à legislação tributária estadual que caracterize a prática de crime contra a ordem tributária, com emissão da correspondente comunicação ao MPPE, nos termos da legislação aplicável.

Não se aplica a vedação prevista no item I se a irregularidade for referente a atraso no cumprimento da obrigação acessória (item Redução a seguir), devendo ser aplicada, quando cabível, a redução ali mencionada.

#### **Redução do incentivo (irregularidades):**

O valor do crédito presumido, em cada período fiscal de apuração, deve ser reduzido em 10% (dez por cento), quando houver irregularidade quanto à entrega dos arquivos relativos aos livros fiscais eletrônicos, de existência apenas digital, ~~de que trata o Título V-A do Livro II da Parte Geral deste Decreto, e ao eDoc~~, relativamente ao período fiscal objeto da respectiva utilização.

Considera-se irregular o arquivo eletrônico:

I - não entregue à Sefaz no prazo estabelecido, ainda que esteja devidamente preenchido com as informações obrigatórias, quando o atraso for superior a 15 (quinze) dias;  
ou

II - entregue à Sefaz sem as informações obrigatórias ou com erro na prestação das referidas informações, quando as omissões ou erros implicarem pagamento a menor do imposto.

Quando a irregularidade versar apenas sobre erro na prestação da informação relativa ao montante do crédito presumido utilizado, sem que isso tenha implicado pagamento a menor do imposto, a redução prevista deve ser de apenas 2% (dois por cento), não podendo ser inferior a R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) nem superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

#### **Valor mínimo anual de ICMS a recolher (correção anual pela TR):**

Códigos de receita ([Receitas](#)) a considerar (ICMS próprio):

005-1, 017-5, 057-4, 058-2, 059-0, 062-0, 090-6, 097-3 e 099-0

Relativamente aos valores recolhidos sob o código de receita 097-3, deve ser considerada apenas a fração do recolhimento que corresponda ao número de meses do ano civil a que se refira, devendo, para isso, o valor total recolhido ser multiplicado pela razão entre o referido número de meses e 12 (doze).

Os recolhimentos de ICMS geralmente se dão via um DAE (Documento de Arrecadação Estadual – DAE, uma espécie de boleto do Estado) ou GNRE (Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais), quando o contribuinte é de outro Estado.

## Informações para o DAE

Natureza da Receita:	<input type="text"/>	
Tipo de Documento de Origem:	-- Nenhum --	Auto, processo de parcelamento, NFe, etc
Número do Documento de Origem:	<input type="text"/>	
Tipo de documento de Identificação:	-- Nenhum -- *	CNPJ ou Cacepe
Número da Identificação:	<input type="text"/>	
Período Fiscal:	<input type="text"/>	O período de competência do pagto mm/aaaa
Número da Parcela:	00 - Sem Parcela	
Valor:	<input type="text"/>	
Data de Vencimento:	<input type="text"/>	
Data de Pagamento:	<input type="text"/>	
Município:	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Mensagem:	<input type="text"/>	

### Importante!:

- 1) Falamos que todo mês o contribuinte faz uma apuração (período fiscal), mas o vencimento geralmente é no mês seguinte (período de recolhimento), de maneira que qq recolhimento, em dia ou atrasado, precisa fazer referência ao período fiscal;
- 2) Não se paga somente o ICMS apurado como saldo devedor, mas há diversas outras situação (uma antecipação tributária, um pagto de processo de parcelamento, etc);
- 3) O sistema calcula automaticamente as penalidades se a data de pagamento for posterior à data de vencimento (essa normalmente é dada pelo sistema a partir do código de receita + período fiscal).

No caso de parcelamento de débitos, devem ser considerados apenas os valores contidos em cada parcela paga, observados os códigos de receita previstos e os períodos fiscais.

Estabelecimento novo: R\$ 150 mil (até 12 meses entre a inscrição no cadastro estadual e o mês imediatamente anterior ao do pedido do Proind)

Nos demais casos: máximo entre R\$ 150.000,00 e o somatório dos valores nominais de recolhimento do imposto, relativamente aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à publicação do decreto concessivo.

O valor mínimo anual de recolhimento do imposto no primeiro ano da utilização do crédito presumido deve ser proporcional ao número de meses da referida utilização, considerando, para esse fim, o mês seguinte à publicação do decreto concessivo e o mês de dezembro do referido ano.

Na hipótese de empresa com mais de um estabelecimento inscrito no Cacepe (cadastro de contribuintes estadual), a definição do valor mínimo anual de recolhimento do imposto deve levar em consideração o conjunto de todos os estabelecimentos, não devendo haver novo cálculo em razão da instalação de novo estabelecimento.

Atenção: os controles do ICMS se dão normalmente por estabelecimento (a matriz diferente da filial, o estabelecimento de distribuição diferente de cada uma das lojas, as lojas diferentes entre si, etc). No caso do controle do ICMS mínimo, o que importa é o conjunto de estabelecimentos sob mesma raiz de CNPJ.

Composição do CNPJ (a inscrição no cadastro federal):

Xxxxxxxx/yyyy-zz, onde xxxxxxxx é a raiz do CNPJ, yyyy é a numeração matriz/filiais e zz os dígitos verificadores.

Ex: uma empresa (raiz do CNPJ) pode ter os seguintes estabelecimentos no Estado: 14.565.232/0002-10 e 14.565.232/0003-32, para duas filiais de uma matriz que está fora do Estado. Para o ICMS mínimo, importa a soma das duas filiais – captado?

O Estado publica em edital no DOE (Diário Oficial do Estado) os primeiros valores de ICMS mínimo para quem está começando no Proind. O controle posterior de atualização pela TR é de responsabilidade do contribuinte.

Ao final de cada ano civil, o contribuinte beneficiário do Proind deve aferir o cumprimento da exigência de manutenção do valor mínimo anual de recolhimento do imposto, incluindo o valor do depósito realizado ao FEEF.

Se recolheu a menor, precisa complementar o recolhimento até 31/03 do ano seguinte, efetuado no código de receita 110-3, e limitado ao incentivo utilizado no ano anterior (ou seja, o Estado diz: opa, você tinha um mínimo a recolher para usar o incentivo, então faça esse recolhimento, mas claro, eu não vou exigir mais do que você aproveitou de benefício, senão você estaria me devolvendo mais do que usufruiu de benesse).

**Taxa pela utilização do incentivo:** 2% sobre o montante de crédito presumido utilizado (mês a mês), recolhido no código de receita 475-4. Essa taxa vai para um fundo administrado pela ADEPE.

No caso de irregularidades relativas ao cumprimento da obrigação, o contribuinte fica sujeito à aplicação de:

I - multa:

a) de ofício (quando a irregularidade foi identificada por uma ação de fiscalização), no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o respectivo valor não recolhido; e

b) de mora (quando o contribuinte recolhe espontaneamente fora do prazo, antes de qualquer ação fiscal), observados os percentuais e as condições estabelecidos na Lei específica que dispõe sobre infrações e penalidades; e

II - juros de mora, nos termos estabelecidos na Lei específica que dispõe sobre o processo administrativo-tributário.

**Contribuição ao FEEF:** percentual sobre o valor do incentivo, recolhido no código de receita 542-3.

a) 8% (oito por cento), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025; (*Lei 18.731/2024*)

b) 6% (seis por cento), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026; (*Lei 18.731/2024*)

c) 4% (quatro por cento), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2027; e (*Lei 18.731/2024*)

d) 2% (dois por cento), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2028;

Resumindo, o valor líquido do benefício é o próprio incentivo calculado sobre o saldo devedor, menos 2% da taxa devida à ADEPE e menos a contribuição ao FEEF. Supondo 75%, seria  $75\% - 2\% \times 75\% - 8\%$  (percentual do FEEF válido para 2025)  $\times 75\% = 67,5\%$ .